

11/11/2014 11h13 - Atualizado em 11/11/2014 20h13

Operação para combater venda ilícita de bens culturais é realizada em MG

Peças, fotos, agendas e recibos foram apreendidos em galpão em BH. Documentos encontrados são indício de mais de 4 décadas de comércio.

Raquel Freitas Do G1 MG



Peças de templos religiosos, material retirado de casarões e documentos estavam em galpão da Região Nordeste de BH (Foto: Ministério Público de Minas Gerais/Divulgação)

Uma operação do Ministério Público Estadual com a participação de órgãos de fiscalização, segurança e Justiça, apreendeu peças de valor histórico, documentos e fotografias de peças sacras, nesta terça-feira (11), em um galpão na Região Nordeste de Belo Horizonte. A informação é da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais. O material apreendido vai ser periciado e inclui também notas fiscais, recibos e livros, que podem ser indício de um comércio ilegal que estaria ocorrendo há mais de quatro décadas na capital mineira.



Sino, do século XIX, está entre as peças apreendidas (Foto: Ministério Público de Minas Gerais/Divulgação)

De acordo com o promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, oito peças provenientes de templos religiosos, provavelmente de Minas Gerais, foram apreendidas no imóvel localizado no bairro Santa Cruz. Entre elas, estão um balaústre da região da cidade de Guanhães, no Vale do Rio Doce; um forro de capela, possivelmente no Norte de Minas; um armário de sacristia; um sino; um púlpito, além de elementos de altares.

A superintendente do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no estado, Michele Arroyo, diz que o galpão foi descoberto no ano passado, durante uma operação que buscava localizar elementos artísticos retirados de uma fazenda tombada de Nazaré da Mata, no interior pernambucano. Parte do material estava no imóvel e já foi devolvida à propriedade em Pernambuco.

Desde então, o imóvel estava lacrado. “A partir do acesso ao galpão, foi que a gente identificou o que tinha dentro dele, ou seja, a quantidade de peças, não sabemos se roubadas, mas oriundas de edificações dos séculos XVII, XVIII e XIX. Todas amontoadas, desmontadas, mal acondicionadas”, afirma.

Segundo Miranda, na operação desta terça, nenhuma escultura foi encontrada. Para a superintendente do Iphan, entretanto, os documentos são, possivelmente, o material mais importante apreendido no local. “Nós conseguimos encontrar documentos desde a década de 70. Então, possivelmente, mais de quatro décadas de atividades envolvendo o comércio de bens culturais”, avalia o promotor.



Entre as imagens, havia fotografias de peças de Aleijadinho; segundo promotor, elas podem indicar que obras já passaram pelo galpão (Foto: Ministério Público de Minas Gerais/Divulgação)

As mais de 500 fotos de obras localizadas indicam que as peças podem ter passado pelo galpão. “[Chama atenção] o grande número de fotografias de peças, inclusive peças atribuídas a Aleijadinho e a Francisco Xavier de Brito, que são dois artistas importantíssimos do século XVIII. E essas peças passaram, ao que tudo indicam, pelo galpão e se encontram hoje nas mãos de colecionadores [...] Nós não sabemos em que condições elas saíram de locais de origem e foram parar nas mãos de colecionadores. Isso será objeto da nossa investigação a partir de agora”, explica o promotor.

Conforme Miranda, pelas fotos, fica claro que havia uma seleção prévia das obras. “Quem fazia a escolha, conhecia de obra”, complementa. No verso de alguma imagens, ainda de acordo com o promotor, havia a inscrição das palavras “vendido”, “resolvido” ou “enviado para”. No galpão, também foram identificados diversos livros, recibos e agendas, indicando a origem e o destino das obras.

Também foi descoberta grande quantidade de material de demolição retirado de casarões históricos. No

imóvel de aproximadamente 600 m², havia pilhas de madeira que chegavam a mais de cinco metros de altura. “Infelizmente, dezenas e dezenas de casarões, principalmente dos séculos XVIII e XIX, estão sendo reiteradamente demolidos no estado de Minas Gerais para serem transformados em móveis fabricados a partir de material de demolição, como mesas e cadeiras”, pontua. Ele ainda critica a falta de legislação específica para comércio desse tipo de material no estado.

De acordo com o Ministério Público, há suspeita de que outros quatro galpões sejam usados para o mesmo fim. “Esse fato nos surpreendeu porque a forma de agir é completamente diferente daquilo que nós havíamos vindo trabalhando há dez anos. É o primeiro grande galpão com esse tipo de material que nós encontramos. Mas existe a possibilidade, e o Ministério Público vai dedicar especial atenção a outros galpões, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte“, diz o promotor.



De acordo com a superintendente do Iphan em MG, material estava amontoado e mal acondicionado
(Foto: Ministério Público de Minas Gerais/Divulgação)

A ação recebeu o nome de 'Barroco Mineiro' por ocorrer no mês do bicentenário da morte de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, falecido em 18 de novembro de 1814. O artista é considerado o maior mestre do estilo. Segundo o Ministério Público, as peças recolhidas foram depositadas judicialmente, sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A operação teve a participação de cerca de 30 promotores de Justiça, policiais militares, auditores da Receita Estadual e servidores do Ministério Público de Minas Gerais, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) e Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Há também a participação dos Centros de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado (Caocrimo), de Combate aos Crimes contra a Ordem Econômica e Tributária (Caoet) e da Secretaria de Estado de Fazenda.